

Marcelo Camargo/Agência Brasil

CORREIO BASTIDORES

POR FERNANDO MOLICA

Jefferson Rudy/Agência Senado



Lula quer que o senador dispute o governo mineiro

MDB-MG aceita conversar com Pacheco sobre candidatura

Dois dos principais nomes do MDB de Minas Gerais aceitaram conversar com o senador Rodrigo Pacheco para buscarem uma definição sobre sua eventual candidatura ao governo do estado.

O deputado federal Newton Cardoso Jr., presidente do MDB estadual, e Gabriel Azevedo, ex-presidente da Câmara de Belo Horizonte, querem ouvir de Pacheco se ele quer mesmo ingressar no partido com objetivo de entrar na briga.

A candidatura de Pacheco, ainda filiado ao PSD, tem sido estimulada pelo presidente de Lula. Há, no MDB de Minas, a queixa de que o senador está sendo excessivamente mineiro ao adiar uma definição.

O dote do senador

Caso Pacheco confirme sua disposição, o MDB vai questioná-lo sobre o que ele oferecerá em troca: levará grana para campanha do partido e políticos capazes de conquistar mais vagas na Câmara dos Deputados?

O interesse de Lula na candidatura do ex-presidente do Senado abre a possibilidade de fortalecimento do MDB-MG e de transferência de recursos — a questão é o detalhamento dessas ofertas.

Bruno Spada / Câmara dos Deputados



Newton Cardoso Jr. não quer apoiar reeleição de Lula

Esperança petista

O eventual lançamento de Pacheco pelo MDB não representaria, porém, um alinhamento automático do diretório do partido a Lula. Cardoso Jr. tem dito que não quer apoiar a reeleição do petista.

Mas a possibilidade de contar com a candidatura do ex-presidente do Senado daria ao atual presidente melhores condições de disputar o eleitorado mineiro. O estado costuma ser decisivo em eleições presidenciais.

A definição de quem será apoiado pelo bolsonarismo também permanece emperrada.

Indefinição na direita

Favorito de Flávio Bolsonaro, pré-candidato à Presidência, o deputado Nikolas Ferreira (PL-MG) avisou que vai disputar a reeleição para a Câmara.

Em tese, o bolsonarismo apoiaria Mateus Simões (PSD), atual vice-governador e indicado pelo governador Romeu Zema (Novo). Simões conseguiu o apoio do União Brasil e o do PP.

Alternativa

Mas o apoio ao vice-governador tem sido descartado pelo próprio Flávio Bolsonaro. Em anotação obtida por jornalistas, escreveu que Mateus lhe “puxaria para baixo”. A melhor alternativa da extrema direita seria o apoio ao senador Cleitinho (Republicanos), apontado como favorito por pesquisas.

Comparação

Relator da reforma administrativa, o deputado Pedro Paulo (PSD-RJ) pediu ao seu gabinete para comparar o projeto com as medidas tomadas contra os penduricalhos pelos ministros Flávio Dino e Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal. Foram analisados 19 itens que constam da proposta.

Férias dobradas

De acordo com a nota técnica, as decisões de Dino são mais abrangentes na limitação de vantagens que as de Mendes, mas, mesmo assim, muitos privilégios foram mantidos. O projeto da reforma propõe, por exemplo, fim das férias de 60 dias permitidas para magistrados e integrantes do Ministério Público.

Cortes

Outros pontos previstos pela proposta que tramita no Congresso são a proibição de pagamento de adicional de férias superior a um terço dos salários, criação de um teto de gastos para pagamento de verbas indenizatórias, extinção de vantagens na advocacia pública e estabelecimento de limite para a remuneração de titulares de cartórios.

Sem chance

Pedro Paulo tenta, com o estudo, destravar a discussão sobre a reforma administrativa. Sabe, porém, que não há a menor chance de o assunto avançar, ainda mais em ano eleitoral. Governo e mesmo a oposição não querem comprar briga com servidores. Todo mundo condena privilégios — os dos outros.

Os 80 do Zé

No dia 15, petistas se reunirão numa pajelança em São Paulo para a comemoração dos 80 anos do ex-ministro e ex-deputado José Dirceu, um dos principais responsáveis pela articulação que levou à vitória de Lula em 2002. Preso nos casos do Mensalão e da Lava Jato, ele continua adorado no PT.



Nota foi divulgada pelo Itamaraty na noite de sábado

Guerra no Oriente Médio preocupa

Comunicado prega diálogo e negociação diplomática

Da Redação

Diante da escalada do conflito no Oriente Médio, após o ataque ao Irã executado em conjunto por tropas dos Estados Unidos e Israel, o governo brasileiro manifestou, em comunicado divulgado na noite de sábado (28), “profunda preocupação”.

O ataque ocorreu na manhã de sábado. O líder supremo do Irã, o aiatolá Ali Khamenei, morreu em um dos bombardeios. Como reação, o Irã bombardeou uma base da Marinha dos Estados Unidos no Bahrein. Os ataques aconteceram depois de intensa negociação e trocas de acusações desde que protestos no Irã foram reprimidos pelo governo do país. O ataque deixou 201 mortos e 147 feridos até o domingo (1).

No comunicado divulgado na noite de sábado, o Brasil reafirmou que o diálogo e a negociação diplomática “constituem o único caminho viável para a superação das divergências e a construção de uma solução duradoura” e reforçou o papel das Nações Unidas na prevenção e na resolução de conflitos.

O Brasil também fez um apelo à interrupção de ações militares ofensivas e instou todas as partes a respeitar o direito internacional.

O país “condena quaisquer medidas que violem a soberania de terceiros Estados ou que possam ampliar o conflito, tais como

ações retaliatórias e ataques contra áreas civis”, diz a nota.

O governo se solidarizou com a Arábia Saudita, o Bahrein, o Catar, os Emirados Árabes Unidos, o Iraque, o Kuwait e a Jordânia, atacados pelo Irã em 28 de fevereiro.

“Ao lamentar a perda de vidas civis, o Brasil expressa ainda solidariedade às famílias das vítimas. Enfatiza, a propósito, a obrigação dos Estados de assegurar a proteção de civis, em conformidade com o direito internacional humanitário”, diz, ainda, a nota.

Leia trechos do comunicado: “O governo brasileiro manifesta profunda preocupação com a escalada de hostilidades na região do Golfo, que representa grave ameaça à paz e à segurança internacionais, com potenciais impactos humanitários e econômicos de amplo alcance.

Ao fazer apelo à interrupção de ações militares ofensivas, o Brasil insta todas as partes a respeitar o direito internacional e condena quaisquer medidas que violem a soberania de terceiros Estados ou que possam ampliar o conflito, tais como ações retaliatórias e ataques contra áreas civis. Recordando que a legítima defesa (..) é medida excepcional e sujeita à proporcionalidade (...), o Brasil se solidariza com [os países que foram atacados pelo Irã] em 28 de fevereiro”.

Com informações da Agência Brasil